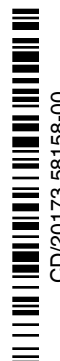




CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA LUIZIANNE LINS

Apresentação de emenda na Medida Provisória nº 958, de 2020

DATA	29 de Abril de 2020
PROPOSICAO	Medida Provisória nº 958, de 2020
AUTORA	DEPUTADA FEDERAL LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS – PT/CE
TIPO DE EMENDA	ADITIVA



CD/20173.58158-00

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte texto na proposição, onde couber:

“Art. ... - Os empregados demitidos durante o período de ocorrência do Estado de Calamidade Pública, reconhecido por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, farão jus a 3 (três) parcelas a título de seguro-desemprego, além das que já teriam direito pela legislação trabalhista em vigor.

Parágrafo Único - Esse benefício vigorará até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado a critério do Ministério da Economia.”

JUSTIFICAÇÃO

Os cenários são de grande incerteza e preocupação quanto às consequências sociais e econômicas decorrentes da atual pandemia do COVID-19. No mundo e no Brasil, a retração econômica e a perda de postos de trabalho formais requerem reforço aos mecanismos de mitigação do desemprego aberto.

As estimativas da Organização Internacional do Trabalho - OIT revelam a dimensão do desafio que se avizinha. Segundo a OIT, a crise econômica criada pela pandemia do covid-19 pode aumentar o número de desempregados no mundo com a perda de quase 25 milhões de postos de trabalho. Quedas no emprego também significam grandes perdas de renda para os trabalhadores. O estudo da OIT estima que as perdas fiquem entre US\$ 860 bilhões e 3,4 trilhões até o final de 2020. Isso se traduzirá em quedas no consumo de bens e de serviços. Entre 8,8 milhões e 35 milhões a mais de pessoas estarão trabalhando em situação de pobreza em todo o mundo, em comparação com a estimativa original para 2020, que previa uma diminuição de 14 milhões.

Os impactos globais também atingirão o Brasil com grande intensidade, o que requer ações preventivas consistentes.

Dados recentes da economia norte-americana expõem um cenário pior do que as mais pessimistas projeções da OIT. Os EUA tiveram no trimestre inicial de 2020 a primeira queda do PIB desde a grande recessão de 1929, reflexo das necessárias medidas de paralisação das atividades para conter o surto do COVID-19. O PIB trimestral dos Estados Unidos recuou 1,2% no período de Janeiro a Março quando comparado com Outubro a dezembro de 2019. As projeções mais pessimistas no começo da crise previam uma contração de 4% no período de Janeiro a Março. A revisão das projeções indica que o PIB dos EUA pode despencar 30% ou mais no segundo semestre. Na China, a queda do PIB do primeiro trimestre foi de 6,8%. No caso norte-americano 26 milhões de trabalhadores do país pediram auxílio do seguro-desemprego!

As estatísticas para o Brasil só devem ser divulgadas no final de Maio/2020. Mas após baixar para 2,1% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, o Governo Federal revisou novamente a estimativa e passou a prever uma expansão de apenas 0,02% para este ano, segundo o Ministério da Economia no relatório de receitas e despesas do orçamento de 2020.

A nova revisão tenta captar o efeito da pandemia no nível de atividade da economia.

Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos, com o resultado afetado principalmente pela perda de ritmo do consumo das famílias e dos investimentos privados. Em 2017 e 2018 o crescimento foi de 1,3%, em ambos os anos.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida: “Com os dados atuais, 0,02%, é o melhor que podemos fazer, mas há uma ampla incerteza sobre o que vai acontecer no futuro. A última vez que o mundo viu algo parecido foi há cem anos atrás, na gripe espanhola. Tivemos seis ‘*circuit breakers*’ [na bolsa de valores] em um único mês”.

Diante do quadro de incerteza, cabe reforçar os instrumentos mitigadores da crise no mercado de trabalho. O seguro-desemprego ainda é o principal instrumento de proteção para os trabalhadores em condição de desemprego aberto oriundos do setor formal. Sua finalidade é atenuar os efeitos da perda de renda decorrente das demissões e prover o trabalhador de meios para manter ativa sua procura por trabalho.

Neste sentido, o tempo de duração do seguro-desemprego deve levar em conta a série histórica dos indicadores de mercado de trabalho, notadamente o que mede o tempo médio efetivo de procura por trabalho, tanto nas situações de contração como de expansão econômica.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar a situação de radical excepcionalidade que o Brasil e o mundo estão vivenciando com a pandemia do COVID-19. Em 2017, o tempo de espera do trabalhador era de 14 meses, dois meses a mais que em 2016, quando o prazo médio de recolocação era de 12 meses, sendo que a maior parte dos

trabalhadores em situação de desemprego atuavam no segmento de serviços, setor fortemente afetado pela paralização de atividades.

Portanto, se nas condições “normais” de expansão ou retração, o tempo de procura por emprego dos trabalhadores brasileiros já se apresentava elevado, cabe implementar a ampliação do tempo de cobertura do seguro desemprego, com maior número de meses de cobertura, além dos atuais, de modo a amortecer os impactos desta que é a mais grave crise econômica do século.

Solicito apoio dos(as) demais parlamentares para a emenda.

LUIZIANNE LINS

PT/CE



CD/20173.58158-00